ISSN: 2358-8829

SEGURANÇA PÚBLICA, DESIGUALDADES URBANAS E O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO PAPEL DO PATRULHEIRO ESCOLAR NAS PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO

Daniel Castiajo [1]

INTRODUÇÃO

A crescente militarização das escolas públicas no Brasil e seus impactos sobre a democracia, a inclusão e os direitos humanos, apontam para alguns caminhos reflexivos emergentes que vem ocupando os espaços de discussões acadêmicas. Que inclui a introdução de lógicas e normas da caserna no ambiente escolar, de modo a promover o autoritarismo, a vigilância rigorosa e a padronização dos corpos, ainda mais se considerarmos um recorte socioespacial, em que podemos identificar que as periferias vêm ocupando o foco central dessa tendência, que podem restringir a diversidade cultural e de gênero, suprimindo a autonomia de crianças e jovens por meio de regras rígidas de vestimenta e comportamento.

Diante deste cenário, o presente artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em curso pelo PPGECC/FEBF, que propõe uma reflexão sobre o "papel social" dos policiais militares patrulheiros escolares atuantes em áreas periféricas do Rio de Janeiro. A investigação buscou identificar e analisar as discussões e os conceitos centrais presentes em pesquisas atuais sobre polícia e escola, de modo a refletir sobre a concepção do "papel social" do policial que atua no interior das escolas e também em seu entorno.

Contudo, identifica-se uma lacuna nas produções científicas, visto que o resultado de um levantamento no banco de dados da CAPES demonstra uma escassez de teses e dissertações focadas na atuação de patrulhas escolares especificamente no contexto fluminense, apesar do volume de conflitos urbanos na região. Fato que também reforça a

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação - PPGECC da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, dcastiajo@hotmail.com.

ISSN: 2358-8829

urgência social e democrática, para buscar caminhos que possam superar discursos belicistas e práticas coercitivas que vitimizam desproporcionalmente a juventude periférica, buscando construir parâmetros de atuação policial pautados na proteção integral de crianças e adolescentes e no respeito às garantias constitucionais.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, a relação entre polícia e escola no Brasil, considerando a construção da presença policial no espaço educacional, os modelos de atuação desenvolvidos em diferentes regiões, as tensões presentes nessa relação. Como objetivos específicos, busca-se discutir o processo de transformação da violência escolar em problema de segurança pública; examinar experiências regionais de patrulha, ronda e policiamento escolar; identificar limites, ambiguidades e contradições presentes na atuação policial no ambiente educacional; e refletir sobre alternativas preventivas e dialogadas que preservem a função pedagógica da escola.

A partir de um desenho metodológico que articulou revisão bibliográfica, observação participante e autoconfrontação, foram analisados doze trabalhos relevantes, selecionados na base de dados da CAPES nos últimos cinco anos, a partir dos descritores "patrulha escolar" e "ronda escolar", com enfoque na interseção entre segurança pública, desigualdades urbanas e o direito à educação.

Nesse contexto, o conceito de "efeito-favela" emergiu como central para compreendermos como o estigma territorial e a precarização de direitos no entorno impactam o desempenho e a permanência escolar, independentemente da renda. De modo que uma parcela significativa dos policiais militares, em grande parte das formações, reproduz discursos que concebem como predominante o papel repressivo da atuação policial, reforçando um "*ethos* guerreiro" que se perpetua na cultura institucional da caserna e que, de alguma forma, podem se manifestar no cotidiano das práticas escolares.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica. A escolha por esse caminho decorreu do próprio objeto da investigação, que exigiu exame cuidadoso das formulações teóricas e empíricas elaboradas em distintas regiões do país a respeito da relação entre polícia e escola. Em vez de restringir o olhar a um caso isolado,

a pesquisa bibliográfica permitiu compor um panorama mais amplo, identificando convergências, diferenças, lacunas e tensões no tratamento do tema.

No caso deste estudo, o levantamento privilegiou teses e dissertações que abordam a policialização da violência escolar, o policiamento escolar, a ronda e a patrulha escolar. Foram selecionados textos que permitissem examinar tanto a justificativa da presença policial na escola quanto os efeitos institucionais, pedagógicos e sociais dessa presença. Esse procedimento favoreceu uma leitura comparativa entre experiências regionais, sem perder de vista as particularidades de cada contexto. Ao mesmo tempo, tornou possível perceber que o debate não se resume à dicotomia entre ser favorável ou contrário à presença policial, mas envolve modelos distintos de atuação, finalidades diferentes e resultados que variam conforme a forma de implementação e a articulação com a comunidade escolar.

O tratamento do material ocorreu por leitura analítica e interpretativa, buscando localizar nos textos os principais eixos de discussão relacionados ao problema proposto. Foram observados, entre outros aspectos, o conceito de violência escolar mobilizado pelos autores, as justificativas para a inserção da polícia no ambiente educacional, os formatos de atuação encontrados, as críticas dirigidas a essas políticas e as alternativas associadas à prevenção e à mediação de conflitos. Com isso, a pesquisa bibliográfica deixou de ser mera reunião de resumos e passou a funcionar como ferramenta de construção argumentativa, em consonância com a defesa feita por Gil (2002), para quem esse tipo de estudo só cumpre plenamente sua finalidade quando possibilita ao pesquisador reorganizar criticamente o conhecimento existente.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho está ancorado em uma fundamentação teórica que congrega autores como Paulo Freire, Jacqueline Muniz, Carlos Magno Nazareth Cerqueira, além da obra Educação e Favela, de Letícia de Luna Freire e Neiva Vieira da Cunha. Conforme os resultados que foram alcançados, identificou-se conceitos e categorias que apontam para um processo de “policialização” da violência escolar, no qual conflitos anteriormente tratados sob perspectivas pedagógicas ou disciplinares passam a ser enquadrados como questões de segurança pública. Esse movimento contribui para a construção da escola como um “território de risco”. Observou-se, ainda, uma relação intrínseca entre escola e

ISSN: 2358-8829

cidade, de modo que a experiência escolar em favelas mostrou-se indissociável da segregação socioespacial e do racismo estrutural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença policial no espaço escolar não surgiu por acaso nem pode ser explicada apenas pelo aumento da violência. Ela resulta de um processo histórico em que determinados conflitos vividos na escola passaram a ser reinterpretados com base em categorias da segurança pública. Isso significa que o ambiente educacional deixou, em muitos contextos, de ser percebido unicamente como espaço pedagógico de formação e convivência para também ser tratado como território de risco, vulnerabilidade e possível intervenção policial. Oliveira (2008) demonstra que esse deslocamento não ocorreu apenas na prática, mas também no plano da linguagem, pois a escola incorporou vocábulos e classificações próximos do universo penal para nomear comportamentos antes descritos em chave pedagógica. Marques (2019), ao discutir a experiência da zona norte de Macapá, reforça que essa mudança foi alimentada pela busca de respostas mais imediatas diante de episódios de violência, medo e desorganização percebidos pela comunidade escolar.

Quando a violência escolar passa a ser traduzida predominantemente como problema de segurança, a polícia ganha legitimidade para ocupar posição mais central no cotidiano das instituições de ensino. Essa legitimação se fortalece pelo entendimento de que a escola, sozinha, não dispõe de meios suficientes para enfrentar situações que envolvem ameaça, tráfico, agressão física, porte de arma, intimidação e conflitos recorrentes no entorno. Silva (2016) mostra que o problema da violência escolar não pode ser reduzido a fatos isolados, pois está associado ao contexto social mais amplo em que a escola se insere. Corrêa (2007), ao avaliar políticas de redução da violência escolar em Minas Gerais, chama atenção para a necessidade de respostas públicas articuladas, mas também permite perceber que o ingresso de agentes externos na rotina escolar altera a forma de gestão dos conflitos e redefine responsabilidades dentro da instituição.

Esse movimento é acompanhado por mudanças na percepção social da escola. Em vez de ser compreendida apenas como espaço de aprendizagem, ela passa a ser vista também como local a ser monitorado, protegido e estabilizado. Nesse contexto, a polícia não entra apenas como força repressiva, mas como presença preventiva, ostensiva e

ISSN: 2358-8829

simbólica. Bedendo (2022) mostra que policiais militares que atuam junto a crianças e adolescentes não se percebem apenas como agentes de contenção, mas também como figuras de orientação, referência moral e socialização. Santana (2009), por outro lado, ao discutir os papéis móveis entre policiais e educadores, evidencia que essa aproximação produz uma zona de fronteira em que funções antes mais claramente separadas passam a se misturar.

Esse processo ganhou força em diferentes estados brasileiros a partir do final do século XX e início do século XXI, período em que políticas públicas de enfrentamento à violência escolar passaram a conviver com programas de patrulhamento, visitas periódicas, palestras educativas e articulação com famílias. Rossato (2023) mostra que, no Brasil, essas políticas se expandiram em diálogo com uma tendência internacional de implementação de programas de segurança escolar baseados em policiamento. Silva, (2023) observa que, no Paraná, o batalhão de patrulha escolar comunitária foi estruturado com a finalidade de atuar de maneira ostensiva e preventiva, mantendo relação próxima com a comunidade escolar. A leitura conjunta desses autores permite perceber que a presença policial não se afirmou apenas como resposta emergencial a crises, mas como política relativamente permanente em determinados territórios.

Em muitos casos, o argumento central que sustenta essa presença é o da prevenção. A escola seria um local estratégico para intervenção antecipada, identificação de riscos e contenção de conflitos antes que eles se agravem. Camargo (2023) apresenta a patrulha escolar como instância capaz de colaborar para segurança, prevenção do bullying, orientação da comunidade escolar e promoção de convivência mais pacífica. Belem (2019), ao tratar da patrulha escolar no Espírito Santo, destaca a ênfase nas ações preventivas e na aproximação contínua com alunos e famílias. O ponto, porém, é que a noção de prevenção comporta sentidos variados. Em algumas experiências, significa diálogo, visitas periódicas e mediação; em outras, traduz-se em vigilância intensificada, protocolos rígidos e expansão do olhar policial sobre comportamentos cotidianos.

A própria noção de violência escolar também precisa ser pensada com cuidado. Nem toda violência na escola é igual, nem toda demanda por segurança exige a mesma resposta. Existem situações graves que colocam estudantes e profissionais em risco concreto e exigem atuação estatal imediata. Existem também conflitos relacionais, disputas, tensões territoriais e dificuldades de convivência que pedem escuta, intervenção pedagógica e apoio psicossocial. Miranda (2023), ao discutir ética e formação do caráter

ISSN: 2358-8829

de adolescentes em contexto de violência escolar, permite compreender que o problema envolve dimensões formativas, morais e sociais que não se esgotam em lógica repressiva. Faustino (2023), ainda que trate de outro campo temático, contribui ao evidenciar como relações institucionais e processos educativos exigem leitura mais ampla, sensível às diferenças, às subjetividades e às formas de poder que atravessam os espaços de formação.

A construção da presença policial, portanto, está relacionada a um deslocamento de foco: da escola como espaço de elaboração pedagógica dos conflitos para a escola como ambiente que deve também ser estabilizado por mecanismos de segurança. Essa mudança não se sustenta apenas por decretos ou programas oficiais; ela se enraíza na cultura social do medo, no impacto midiático de episódios violentos e na percepção de fragilidade das instituições escolares frente a problemas que ultrapassam seus muros.

Mesmo assim, é preciso reconhecer que a entrada da polícia no cotidiano escolar altera o próprio sentido da escolarização. Quando a segurança passa a ocupar lugar central, a escola corre o risco de ser compreendida menos como espaço de formação de sujeitos e mais como espaço de gestão de condutas. Esse ponto não invalida ações preventivas nem a cooperação interinstitucional, mas exige vigilância crítica. Bedendo (2022) e Santana (2009) ajudam a perceber que a aproximação entre policiais e educadores pode gerar zonas de cooperação, mas também zonas de confusão funcional. Nelas, o que se apresenta como auxílio pode se converter em substituição silenciosa da mediação pedagógica por uma autoridade fundada em coerção simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu verificar que a relação entre polícia e escola no Brasil se consolidou como tema relevante justamente porque a violência escolar passou a ser interpretada, em muitos contextos, como questão de segurança pública. Essa mudança favoreceu a ampliação de programas de patrulha escolar, ronda escolar e policiamento comunitário em diferentes regiões do país, ao mesmo tempo em que redefiniu a forma de compreender os conflitos no interior das instituições de ensino. Os textos examinados mostram que a presença policial não pode ser lida de maneira única, pois ora aparece associada à proteção, à prevenção e à mediação, ora se vincula à judicialização de

conflitos, ao enfraquecimento da autoridade pedagógica e à expansão do controle sobre a vida escolar.

Também ficou evidente que os modelos de atuação policial variam conforme o território, a tradição institucional e as prioridades das políticas estaduais. Em alguns casos, a polícia se aproxima da escola com ênfase em visitas regulares, diagnóstico preventivo, diálogo com famílias e gestão positiva de conflitos. Em outros, a presença policial tende a reforçar a lógica da vigilância e da intervenção sobre condutas cotidianas. Essa diferença é decisiva, pois os efeitos da política dependem menos do nome do programa e mais da forma como ele opera concretamente. Quando a atuação policial ignora a centralidade pedagógica da escola, o risco de transformar problemas educativos em casos de polícia se amplia.

Por fim, este estudo permite concluir que o enfrentamento da violência escolar exige respostas articuladas, proporcionais e comprometidas com uma cultura de paz. A escola precisa ser apoiada, e não substituída, em sua função formativa. A polícia, quando acionada ou integrada a políticas preventivas, deve atuar dentro de limites claros, com formação adequada e respeito aos direitos de crianças e adolescentes. A mediação de conflitos, o diálogo com a comunidade, o fortalecimento das redes de proteção e a valorização de práticas restaurativas se mostram caminhos mais consistentes para enfrentar a violência sem reduzir a experiência escolar à lógica do medo e do controle.

Palavras-chave: Educação, Conflitos escolares, Território, Segurança Pública, Patrulha escolar.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da concessão de bolsa de doutorado, cujo incentivo foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Registra-se, ainda, a vinculação ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), bem como os agradecimentos à Prof.ª Letícia de Luna Freire, pela orientação acadêmica, pelas contribuições teóricas e metodológicas e pelo acompanhamento ao longo do processo de investigação científica.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BEDENDO, Ricardo. **A polícia na escola: análises do discurso de policiais militares que atuam na socialização de crianças e de adolescentes**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

BELEM, W. D. F. **Patrulha escolar: a atuação nas escolas públicas estaduais com o público infantojuvenil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2019.

CAMARGO, N. Gestão positiva no ambiente escolar: representações do trabalho da patrulha escolar em análise bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 12, dez. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i12.12835.

CERQUEIRA, C. M. N. Palestra proferida no fórum de debates sobre "Violência nas escolas", sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, realizado em 2 de agosto de 1989. In: Instituto Carioca de Criminologia, cx: 29. **Sonho de uma polícia cidadã***:* Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira.: LEAL, A. B.; PEREIRA, I. S.; FILHO, O. M. (org.). Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

CORRÊA, D. M. **Avaliação de políticas públicas para a redução da violência escolar em Minas Gerais: o caso do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FAUSTINO, S. R. de O. **Tecendo bordados sobre gênero e sexualidades: um estudo com professores/as e profissionais da socioeducação no contexto da pandemia da Covid-19.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2023.

FREIRE, L. de L.; CUNHA, N. V. da (org.). **Educação e favela**: refletindo sobre antigos e novos desafios. Rio de Janeiro: Consequência Editora; FAPERJ, 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. ePub. ISBN 978-85-7753-219-3.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. ePub. ISBN 978-85-7753-227-8.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, N. R. N. **Violência nas escolas: é caso de polícia? A parceria entre escola e polícia no combate à violência nas escolas da zona norte de Macapá.** 2019.

Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

MIRANDA, B. R. C. **Ética e formação do caráter de adolescentes em contexto de violência escolar.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MUNIZ, J. de O. **Ser Policial é sobretudo uma razão de ser.** Cultura e cotidiano da PMERJ. Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado IUPERJ.

MUNIZ, J. de O.; ALMEIDA, R. R. Respondendo às balas: segurança pública sob intervenção das palavras. **Trab. Ling. Aplic**., Campinas, n. 57.2, p.993-1014, mai./ago. 2018.

OLIVEIRA, W. J. M. de. **A policialização da violência em meio escolar.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROSSATO, R. G. R. **Policiais nas escolas: uma avaliação do impacto e dos efeitos de um programa de policiamento escolar em Londrina/PR**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

SANTANA, Edna Miranda Ugolini. **Policiais e educadores: papéis com fronteiras móveis?** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, D. P. da. **Violência escolar no município de Apucarana: uma análise a partir das escolas públicas estaduais**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SILVA, P. R. da. A violência nas escolas, a responsabilidade da família e as ações desenvolvidas pelo batalhão de patrulha escolar comunitária no estado do Paraná: uma revisão bibliográfica. ***Brazilian Journal of Development***, Curitiba, v. 9, n. 10, p. 27716-27736, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n10-017.